



Segurança da informação é tema de palestra para servidores da Justiça Federal

Alertar para o cuidado e o uso inteligente das informações corporativas. Essa é a finalidade da palestra “Conscientização em Segurança da Informação – Impactos e Riscos na Administração Pública”, promovida pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF) nesta quinta-feira, dia 5, das 16h30 às 18h, no auditório externo do CJF. O evento será transmitido pela internet para os Tribunais Regionais Federais e as Seções Judiciárias, por meio do canal do órgão no Youtube: www.youtube.com/cjf.

Segundo o secretário de Tecnologia da Informação (STI) do CJF, Lucio Melre, o Conselho possui uma política de segurança da informação, composta por uma série de documentos que estabelecem princípios e diretrizes do uso consciente e seguro das informações, que tem o intuito não apenas de proteger os dados que tramitam pela Justiça Federal, mas também de proteger os servidores que produzem e acessam esses dados, público-alvo do evento.

“O Tribunal de Contas da União e as unidades de controle interno do CJF e da Justiça Federal têm realizado inspeções e auditorias recentes, e um dos pontos observados é a falta de conhecimento dos servidores sobre suas responsabilidades relacionadas à governança de tecnologia da informação. Esta palestra faz parte de um programa que pretendemos realizar e que trará ao Conselho, com certa frequência, experts para tratar de assuntos de interesse geral”, anunciou o secretário da STI. [\[Leia mais\]](#)

Sexta Jurídica aborda o tema “Competências da Justiça Federal”

A Universidade Corporativa da Justiça Federal da 1ª Região (Unicorp) juntamente com a Seção Judiciária do Amazonas (SJAM) promovem nesta sexta-feira, dia 06 de novembro, às 15h (horário de Brasília), e não às 14h, conforme divulgado anteriormente, mais uma edição da Sexta Jurídica. A palestra “Competências da Justiça Federal” será ministrada pelo juiz federal Márcio André Lopes Cavalcante, da Turma Recursal AM/RR.

O evento será transmitido por videoconferência para toda a 1ª Região. No Tribunal, poderá ser acompanhado na sala de reuniões da Secretaria de Administração (Secad), localizada no 2º andar do Ed. Anexo I (antiga sede do TSE).

Caixa promove palestra sobre educação financeira

A Caixa Econômica Federal promoverá, no dia 16 de novembro, as 15h, no Plenário do Ed. Anexo I do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), palestra destinada aos servidores do TRF1 com o tema Educação Financeira e Consultoria voltada para o cenário econômico atual e projeções para um futuro financeiro equilibrado e seguro.

São oferecidas 60 vagas, e as inscrições para participar do evento podem ser realizadas por meio do portal (<http://portal.trf1.jus.br/unicorp/home.htm>) da Universidade Corporativa da Justiça Federal da Primeira Região (UniCorp) até o dia 12 de novembro.

Prorrogado prazo de inscrições do VI Prêmio Conciliar é Legal

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ampliou até sexta-feira, dia 6, o prazo de inscrições para o VI Prêmio Conciliar é Legal, conferido anualmente a boas práticas que contribuem para a pacificação de conflitos, aprimoramento, celeridade e eficiência do Poder Judiciário na busca de soluções consensuais para os litígios. O prazo havia terminado na última sexta-feira dia 30 de outubro. Para participar, os interessados devem preencher um formulário eletrônico, disponibilizado no site do CNJ, e encaminhar para o e-mail premioconciliar@cnj.jus.br pelo menos três evidências da prática.

É importante identificar no campo “assunto” do e-mail o nome do participante e a nomenclatura da prática. O deferimento da inscrição será comunicado em resposta ao e-mail. Não serão admitidas inscrições cujo conteúdo seja ideias, sugestões, teses, monografias e estudos para o aprimoramento da Justiça.

Podem participar da premiação tribunais, magistrados, instrutores de mediação e conciliação, instituições de ensino, usuários, empresas ou qualquer ente privado que apresente práticas autocompositivas (que buscam a solução do litígio por decisão consensual entre as partes) executadas individualmente ou em grupo. A última edição do prêmio contou com 84 práticas inscritas.

A premiação tem o objetivo de identificar, estimular e disseminar a realização de ações de modernização, no âmbito do Poder Judiciário, que colaborem para a aproximação das partes, sua efetiva pacificação e o consequente aprimoramento da Justiça.

O prêmio também dá visibilidade às práticas de sucesso, contribuindo para maior mobilização nacional em favor da conciliação e da mediação.

Confira a íntegra desta matéria no Portal do Tribunal em “Notícias”.